



# 10º Encontro Internacional de Política Social 17º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Democracia, participação popular e novas resistências  
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

---

Eixo: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

## Saúde Mental, Educação Popular e Serviço Social: a experiência do Censo Psicossocial dos usuários da saúde mental do Rio de Janeiro<sup>1</sup>

Matheus Moreira Soares<sup>2</sup>

Letícia Silva de Abreu<sup>3</sup>

Rachel Gouveia Passos<sup>4</sup>

Daniel de Souza Campos<sup>5</sup>

**Resumo:** O trabalho apresenta a correlação entre o movimento da Educação Popular e a Reforma Psiquiátrica brasileira. Seu objetivo central é expressar as contribuições da Educação Popular na categoria do Serviço Social no campo da saúde mental. A metodologia consiste em revisão bibliográfica sobre a Educação Popular, Reforma Psiquiátrica brasileira, Interseccionalidade e a atuação profissional do Serviço Social. Como resultado, a proposta do Censo Psicossocial dos usuários da Rede de Atendimento Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro dialoga com os princípios da Educação Popular e está intrínseca à dimensão pedagógica do Serviço Social na atuação voltada para o atendimento no setor da saúde mental vinculado a luta antimanicomial, interseccional, antirracista e contra-hegemônica.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Serviço Social; Reforma Psiquiátrica; interseccionalidade; dimensão pedagógica.

---

<sup>1</sup> O presente projeto é financiado pelo Edital CNPQ Universal 2023, PIBIC CNPQ/UFRJ e Edital CAPES PROEXT/PG.

<sup>2</sup> Assistente Social. Técnico na Casa de Acolhida para Crianças Laranja Lima pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu - RJ. Mestrando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Pesquisador Bolsista do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos e da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo CNPQ e CAPES. E-mail: mathmoreira025@gmail.com

<sup>3</sup> Bacharel em Serviço Social. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ). Pesquisadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos e da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo CNPQ e CAPES. Pesquisadora da Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino (REPENSSE) da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: leticiabreufjr@gmail.com

<sup>4</sup> Assistente Social. Pós-Doutora em Direito (PUC/RJ). Professora da Graduação e da Pós-Graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFF. Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos e da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo CNPQ e CAPES. E-mail: rachel.gouveia@gmail.com

<sup>5</sup> Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Mestre em Saúde Coletiva. Professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Coordenador adjunto do Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos e da Pesquisa Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro, financiado pelo CNPQ e CAPES. E-mail: daniel.ufano@gmail.com

## **Mental Health, Popular Education, and Social Work: the experience of the Psychosocial Census of mental health users in Rio de Janeiro**

**Abstract:** This article presents the correlation between the Popular Education movement and the Brazilian Psychiatric Reform. Its main objective is to express the contributions of Popular Education in the category of Social Work in the mental health field. The methodology consists of a bibliographic review on Popular Education, Brazilian Psychiatric Reform, Intersectionality and the professional performance of Social Work. As a result, the proposal of the Psychosocial Census of users of the Psychosocial Care Network of the State of Rio de Janeiro dialogues with the principles of Popular Education and is intrinsic to the pedagogical dimension of Social Work in the performance aimed at care in the mental health sector linked to the anti-asylum, intersectional, anti-racist and counter-hegemonic struggle.

**Keywords:** Popular Education; Social Work; Psychiatric Reform; Intersectionality; pedagogical dimension.

### **1 Introdução**

Carolina Maria de Jesus foi escritora, catadora de papel, doméstica, semi-analfabeta, favelada e mãe solo de três filhos. Uma mulher negra que foi atravessada pelas diversas determinações sociais que tornaram cada vez mais distante o sonho de ser reconhecida pela escrita. O primeiro livro de Carolina, intitulado “Quarto de despejo: o diário de uma favelada”, teve sua primeira publicação em 1960, após o encontro com o jornalista Audálio Dantas e apresentar os seus inscritos, incluindo diários, poemas e romances. No entanto, Audálio se interessou apenas pelos diários que tornam sua publicação.

O livro “Quarto de despejo: o diário de uma favelada” é uma denúncia sobre o cotidiano na Favela de Canindé em São Paulo, após a política higienista de derrubada dos cortiços e os morros representarem o “quarto de despejo” da cidade, exprimindo situações de racismo, machismo, subnutrição, fome e miséria. Composto por um cenário de populismo político e cercado de promessas em relação às reivindicações populares, mas com poucas ações políticas que viabilizassem a qualidade de vida na comunidade.

...Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco do macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

- Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:
- É que eu tinha fé no Kubitschek.
- A senhora tinha fé e agora não tem mais?
- Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (JESUS, 2014, p.39)

Jesus (2014) aponta sobre a subnutrição, a fome, a miserabilidade nas condições de moradia na comunidade, o desemprego, propiciando a execução do trabalho informal, com condições insalubres, incluindo carregamento de peso excessivo e contato direto com o lixo, analfabetismo e ausência de comprometimento político com políticas sociais na metade do século XX. Outro apontamento é a característica popular de sua escrita por corresponder a lógica falada e não gramatical. Devido a prévia presença na escola, estudando apenas por dois anos, escrevia e lia por prazer em brechas temporais do cotidiano entre catar papel e cuidar dos filhos.

Uma das expressões da “questão social” no Brasil que se destaca no século XX é o analfabetismo nas classes populares e a centralidade do tema referente à educação. Esse cenário engaja a gestação de perspectivas distintas sobre a ação de educar e abordar os fatores que desencadeiam a sua ausência. Assim, o movimento da Educação Popular surge no Brasil como um viés libertário nos anos 1950, com base na solidariedade, na aliança das classes populares e na valorização da cultura popular a ponto de usufruir dela a matéria-prima para a ação, a fim de causar uma reflexão crítica da realidade por meio da práxis pedagógica.

A abordagem da perspectiva interseccional compreende as relações de poder entre raça, classe e gênero como relações imbricadas que interferem de forma unificada no convívio social. Por exemplo, a Carolina Maria de Jesus era uma mulher cis, negra, pobre e heterossexual que em toda sua vida presenciou o impacto desses atravessamentos materializados em suas condições que dificultavam a sua qualidade de vida e cidadania plena. Logo, as instituições e movimentos sociais que centralizam a política da saúde e da educação não se resumem à área de atuação, pois a causa de suas demandas requer uma abordagem ampliada.

O que é a Educação Popular? Qual a sua relação entre a Reforma Psiquiátrica brasileira? Qual o papel do Serviço Social nas propostas de Educação Popular no setor da saúde mental? No caminho para responder tais perguntas, o presente trabalho objetiva apresentar uma aproximação entre o movimento da Educação Popular e a Luta Antimanicomial vinculada a formação em saúde mental, a partir da revisão bibliográfica. Dessa maneira, o trabalho está organizado em três momentos: 1º) relata sobre a trajetória histórica e a intencionalidade da Educação Popular; 2º) retrata acerca da Reforma Psiquiátrica brasileira e elementos basilares para a formação em saúde mental; 3º) aborda a centralidade do papel do Serviço Social nesse cenário e os

objetivos do Projeto de Pesquisa do Censo Psicossocial do Usuários dos Serviços de Saúde Mental do Estado do Rio de Janeiro.

## **2 O que é a Educação Popular?**

A educação é uma área política de constante disputa de classe. A linha formal, com base no positivismo de Durkheim, trata a educação como um fato social que são “coisas” compreendidas no “estado da alma coletiva” e se assomam a constituição orgânico psíquica para a formação do sócio psíquico. Há uma separação do que advém do indivíduo e do coletivo/social, como se o caráter coletivo reprimisse de forma impositiva expressões individuais para o funcionamento da sociedade de maneira “orgânica”. E este aponta que tratar sociologicamente o fato social como acúmulo de conceitos é uma falha, pois estão relacionados com prenoções que a sociedade se serve de forma natural, vinculada a cooperação essencial da vida social (DURKHEIM, 2003)

Para Durkheim todas as sociedades, inclusive as sociedades primitivas, utilizam-na como um instrumento de pais e professores para “depositar” os fatos sociais nas crianças. Supostamente neutra e fundada para preparar as crianças para a pátria e a humanidade, definida como a socialização das crianças (DURKHEIM, 2011). A educação brasileira foi fortemente influenciada pelo positivismo, focalizada na linguagem fonética e reprodução de conteúdo, o mesmo “depositado” pelos educadores sobre os educandos, vinculada com a ideologia da classe dominante, trata os educandos como seres esponja para se adequarem ao sistema capitalista.

No entanto, a Educação Popular surge pelas classes populares como um movimento de ação e reflexão, ao passo que reflete sobre a realidade, adjunto a prática de organização de lutas sociais e sindicais.

Consideramos a educação popular como uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula diferentes saberes e práticas valorizando as dimensões da cultura e dos direitos humanos, assim como o compromisso com o diálogo e protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Atenta à produção de desigualdades no interior do sistema capitalista e ao papel que a educação cumpre nessa dinâmica, a educação popular foi historicamente forjada no campo da organização e lutas populares por meio da ação-reflexão-ação (DIAS, AMARANTE, 2022, p.190).

Sua origem está vinculada ao método freiriano de alfabetização de jovens e adultos, a fim de eliminar as relações de opressão vigentes e expandir para além das instituições educacionais. Há diferentes abordagens que se propõem a interpretar a

centralidade da luta política envolvida pela Educação Popular, sendo traçadas pelos movimentos sindicais e marxistas ou anticolonialistas. Essas diferentes perspectivas não se excluem e podem representar uma análise ampliada da mesma, estando comprometida como o movimento contrário à ideologia apresentada e depositada pela educação formal dominante (DIAS; AMARANTE, 2022).

Ocupa diferentes espaços e formas de existir coletivamente, fomentando a solidariedade e organização popular de diversas frentes reivindicativas. No entanto, acarreta princípios essenciais para a vigência de sua práxis pedagógica, como a problematização das estruturas de poder na sociedade que fomentam a reprodução das desigualdades sociais, consistindo em um trabalho educativo com o povo e utilizando os saberes populares, assumindo a centralidade da dimensão política pelo instrumento da conscientização, no âmbito sociocultural, gerando a criação de novos saberes. Além disso, fomenta a criticidade e a criatividade, com o objetivo de materializar a organização da classe trabalhadora para uma transformação de uma nova organização societária (DIAS; AMARANTE, 2022).

A cultura popular, relacionada ao viés crítico e reivindicativo, encontra maior expressão na oralidade, uma tradição ancestral africana apresentada por Lélia Gonzalez (2020) como uma das manifestações da amefricanidade. Tais manifestações dialogam com os princípios da Educação Popular que Paulo Freire compreende na dimensão histórica da luta de classes e prevê a transformação do cenário de contradições inerentes do modo de produção capitalista, rompendo com o monopólio do saber eurocêntrico. Em “Ação cultural para a libertação”, Freire (1981) afirma que o princípio da neutralidade em fenômenos sociais não existe, todos que se afirmam neutros estão vinculados à ideologia da classe opressora/dominante.

A neutralidade é um instrumento utilizado para encobrir as técnicas de manipulação do sistema de opressão. Os componentes envolvidos nesse processo de construção desse caráter mítico são chamados de ingênuos e astutos, ainda condicionados pela ausência da consciência crítica. A escolha desse caráter oculta a preservação do *status quo* que perdura as condições basilares para a reprodução das relações de opressão (FREIRE, 1981). Ademais, em uma sociedade democrática de direito, o cotidiano compreende um apanhado de escolhas políticas civis, institucionais e estatais, vinculado à manutenção, reforma ou transformação da ordem vigente, a posição que sugere a ausência da luta de classes vela o apoio à manutenção.

A trajetória da Educação Popular e da Reforma Psiquiátrica brasileira apresentam grandes semelhanças, principalmente por romper um modelo colonial estrutural do saber. Dessa forma, estão entrelaçadas com o viés popular e contra-hegemônico, que desbloqueia memórias ancestrais e deslegitima a ideologia da classe dominante (DIAS; AMARANTES, 2022).

A memória e a ancestralidade como fundamentos políticos e práticas de saber dos seres marcados pelo desvio existencial e pela subordinação do modelo dominante são as matrizes e a motricidade para uma educação que transgride os limites do cânone. No caso da composição colonial, o cânone se inscreve como resultado de uma métrica centrada que ressalta o poderio do homem branco, macho, heteropatriarcal, judaico-cristão, europeu, monorracional e capitalista (RUFINO, 2021, P.23)

O território foi o primeiro elemento de disputa colonial. Conquistado permitiu o controle dos corpos e, em seguida, a subjugação subjetiva da massa populacional. Esse processo no contexto brasileiro segregou de forma silenciosa a população negra na “zona do não ser”, um lugar compreendido na subjetividade que os coisifica e os animaliza, ao extrair sua humanização e, conseqüentemente na sociedade democrática de direito, as condições para efetivação de sua cidadania plena (PASSOS, 2023).

A violência colonial, não assumida como componente da sociabilidade burguesa (Faustino, 2022), cumpre algumas funções importantes para o sucesso da dominação eurocentrada. São elas: 1) controle por meio de práticas institucionais; 2) destruição de valores, tradições e memórias dos povos colonizados; 3) expropriação econômica; 4) aniquilamento subjetivo; 5) afirmação de uma concepção de humanidade forjada pelo europeu/branco/burguês/ masculino/cisheronormativo (PASSOS, 2023, P.30)

Dessa maneira, a Educação Popular tem suas raízes na práxis pedagógica que visa desmontar a violência colonial e se expande para outros setores institucionais, como a política pública da saúde e, conseqüentemente, a Política de Saúde Mental.

### **3 A Reforma Psiquiátrica brasileira e a formação em Saúde Mental**

A Reforma Psiquiátrica brasileira foi um marco fundamental para as mudanças no modelo de assistência à saúde, através de inúmeros esforços com a intenção de promover reflexões a respeito da prática do cuidado aos usuários dos serviços de saúde mental. Assim, o processo que envolve a operacionalização desse cuidado abstém-se da lógica do tratamento clássico da psiquiatria (isolamento social, estigmatização, moralização), culminando em novas práticas com o objetivo de desinstitucionalizar e pensar a forma com que os novos serviços territoriais corroboram para o

acompanhamento integral dessa população expressos na implementação da Atenção Psicossocial (PASSOS, 2017).

As modificações nesses processos possibilitaram a criação de equipamentos centrais voltados ao cuidado integral dos usuários da saúde mental como os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS). Contudo, é importante ressaltar que as alterações do modelo de cuidado não são meramente voltadas ao espaço físico dos equipamentos de atenção à saúde mental, mas principalmente na forma metodológica com a qual o serviço é operacionalizado e como a formação antimanicomial é basilar, nesse âmbito, para o repensar da qualidade dos serviços prestados.

Robustecer o papel da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é, também, movimento político que assegura direitos aos usuários dos serviços de saúde mental como o convívio familiar e comunitário, proteção integral aos cuidados referentes à saúde mental livre de qualquer forma de abuso ou exploração. O fortalecimento dos efeitos da Reforma Psiquiátrica brasileira é um desafio posto no cenário de avanço do conservadorismo que para transcender barreiras persistentes pela ideologia manicomial são necessários inúmeros agentes sociais para a reestruturação plena dessas ações. Aprender a perspectiva antimanicomial é importante na constante adaptação das práticas profissionais vigentes com a introdução de novos componentes por meio da crescente relevância dos estudos acerca dos marcadores sociais da diferença na vida das pessoas em sofrimento e/ou adoecimento psíquico.

O progresso para o modelo político e econômico neoliberal é a instauração de uma política individualista, meritocrática, favorecendo a subordinação econômica em prol dos fluxos de capital internacional e priorizando o lucro dos grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros. Ademais, sacrificando os direitos sociais conquistados, rejeitando reivindicações populares e atacando os avanços dos movimentos sociais, a fim de alcançar os objetivos traçados: interesses da classe dominante. Vestido a nova roupagem do positivismo, a ideologia progressista neoliberal, afirmando que as medidas são priorizadas para um futuro econômico mais estável compreendendo o aumento da qualidade de vida consequentemente (FILGUEIRAS, 2006).

A Educação em Saúde é um processo cheio de tensionamentos e ao mesmo tempo de antagonismos, em que os profissionais de saúde precisam o tempo todo ter bem claro o projeto societário que defendem. Em tempos de ameaças à democracia e redução de direitos é fundamental estar firmado no compromisso e defesa dos direitos da população usuária e, sobretudo, com os princípios doutrinários do SUS (SANTOS; FRANÇA, 2018, P.11).

Analisar a conjuntura por uma ótica individualista, expõe o entendimento focalizado das condições concretas e materiais que circundam a população e não trazem consigo um debate para além da superficialidade apresentada corroborando a lógica existente da sociedade burguesa. Dito isto, a perspectiva crítica interseccional faz-se necessária para contribuir ao contraste da direção social presente nessa corrente da burguesia. E assimilando as determinações sociais, políticas e econômicas na compreensão da sociedade a partir da totalidade, utilizando como método o materialismo histórico dialético. As determinações estão compreendidas pela interseccionalidade, uma ferramenta analítica para a leitura de problematizações sociais que alcança a complexidade dos atravessamentos das opressões e se torna uma ferramenta heurística para a formulação de políticas públicas que visam a igualdade, equidade e justiça (COLLINS, 2020).

A fim de promover a cidadania plena de um novo projeto societário, acompanhado do extermínio das opressões com raízes coloniais, há de se unir as lutas políticas que compartilham os interesses em prol da produção de vida e viabilizar novas possibilidades para a diversidade da existência humana. A união da Política Nacional de Saúde com a Educação Popular está materializada pela Portaria nº 2.761 de 19 de novembro de 2013 que institui a Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). No entanto, a presença da Educação Popular no setor da saúde pública é uma emergência, especialmente, desde a década de 1970, já que realizava o atendimento com restrições vinculadas com a previdência social. Assim, houve o fomento das organizações populares e resistência perante as opressões políticas. E propiciando o resgate da cultura popular com o objetivo de romper a cultura do silêncio e se afirmarem como seres com direito à cidadania (BRASIL, 2012).

Muitos profissionais, não raro, por demanda do movimento social, se engajam em experiências de atenção à saúde que emergem do meio popular, passando a conviver com os seus movimentos e sua dinâmica interna. O olhar para os serviços de saúde vai se tornando mais crítico, a partir dessa convivência, evidenciam-se lacunas entre os serviços e a população e novos modos de atenção são pensados e experimentados, dialogando-se com a cultura e interesses populares (BRASIL, 2012, P.9)

Esse contato entre os profissionais de saúde e as classes populares, junto aos movimentos sociais com princípios de esquerda forma as bases para a PNEPS que integram a Reforma Psiquiátrica brasileira. Há de se pontuar que antes da institucionalização da política, a Educação Popular causava efeito nas mobilizações coletivas e engajadas no âmbito da saúde, os seus métodos e princípios se dão de forma ampliada a ponto de não se limitarem a barreiras institucionais da educação, como um método exclusivamente alfabetizante. A política representa para os precursores do movimento da Educação Popular e da Reforma Psiquiátrica brasileira uma conquista, inclusive para as diretrizes e princípios do ParticipaSUS.

A PNEPS comporta os princípios do diálogo, da amorosidade, da problematização, da construção compartilhada do conhecimento, da emancipação e do compromisso com a construção do projeto democrático e popular. A fim de promover o diálogo, reconhecer e valorizar as culturas populares, fortalecer os movimentos sociais populares, incentivar o protagonismo popular no enfrentamento dos determinantes e condicionantes sociais de saúde (BRASIL, 2013). Inclusive a Educação Popular em Saúde (EPS) amplia as formas práticas de produção de equidade, igualdade e justiça social.

Em contato com a área da saúde mental, a EPS redimensiona a compreensão da Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento e/ou adoecimento psíquico e redireciona o modelo assistencial à saúde mental. Expressa caráter equitativo diante as variadas necessidades do usuário, pontua o direcionamento do tratamento para ser o menos invasivo possível e regulariza as condicionantes para a internação, evitando a internação compulsória em massa dos modelos asilares. Além disso, direciona o tratamento como meio de inserção social para a vida coletiva, sem estar compreendido as dinâmicas carcerárias. Ao passo que é uma ação desenvolvida na práxis coletiva, sem os limites biomédicos e medicamentosos, com o propósito da autonomia e da liberdade.

O conformismo dinâmico atrelado a essa perspectiva é proposto para os trabalhadores, referidos como base para uma organização de classe que alavanca a construção de uma nova cultura. Os princípios democráticos e formação de alianças políticas compõem a tática para definição de estratégias coletivas. Qualificar a política pública é um objetivo concreto do movimento emancipatório, assim como a formação de consciência de classe e presença nos espaços de luta coletiva pela garantia da ampliação dos direitos sociais e sua universalização (ABREU, 2002).

#### **4 O Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro e o protagonismo do Serviço Social**

Ao pensar nas interferências das determinações sociais no atendimento da RAPS e na inexistência de mapeamento sobre o perfil das pessoas atendidas nos seus diferentes equipamentos no Estado do Rio de Janeiro, e ausência de oferta de qualificação que debata sobre os marcadores da diferença, em destaque, a partir da ferramenta analítica da interseccionalidade, o Projeto de Pesquisa e Extensão Luta Antimanicomial e Feminismos, vinculado ao Departamento de Métodos e Técnicas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria da Coordenação de Atenção Psicossocial da Secretaria Estadual de Saúde (SES), propôs a realização do **Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro**.

A pesquisa do Censo Psicossocial tem como princípio o viés da decolonialidade e da interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender as determinações sociais. Assim, busca-se ampliar a cidadania da população usuária através da oferta de educação permanente para os profissionais da Rede de Atenção Psicossocial, além de ser identificado o perfil e os atravessamentos interseccionais que impactam na saúde mental dos usuários.

A estrutura da proposta se dá em dois momentos: 1º) a realização de oficinas, na perspectiva da educação permanente e, concomitantemente, uma pesquisa com os trabalhadores da saúde com o intuito de compreender a percepção deles quanto aos impactos do atravessamento dos marcadores sociais da diferença no atendimento e seus principais desafios; 2º) Mapeamento do perfil dos usuários atendidos nos Centros de Atenção Psicossocial e nos Serviços Residenciais Terapêuticos, vinculados a RAPS do Estado do Rio de Janeiro, no período de 2022 a 2023.

O objetivo das oficinas é de sensibilizar os/as profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial do estado do Rio de Janeiro sobre questões relacionadas à raça, gênero e sexualidades que estão presentes nas relações sociais e que geram impactos na saúde mental da população, pensando o princípio da equidade no Sistema Único de Saúde. As atividades durante a implementação da pesquisa ocorrem através de oficinas que estimulam a reflexão sobre os marcadores sociais da diferença, como: gênero, raça e classe, com a intenção de colaborar com a operacionalização e qualidade dos serviços prestados para com a população usuária.

A realização das oficinas se dá, inicialmente, pelo preenchimento de um instrumento, com o grupo presente, sobre o perfil das pessoas participantes, com perguntas referentes a autodeclaração, gênero, sexualidades, onde a equipe de aplicação orienta caso exista dúvidas sobre o questionário. Posteriormente, é perguntado sobre a aproximação dessas equipes da RAPS com alguma política de saúde como a da população negra, população indígena, pessoa com deficiência, população lgbtqiapn+ e como essa aproximação ocorreu. O coletivo é dividido em subgrupos com a intenção de dialogar sobre a interseccionalidade como instrumento de análise conjuntural e junto ao coletivo, é elaborado crítica sobre a história da saúde mental em contexto brasileiro, o conceito de clínica ampliada, intersecções em saúde, rede de cuidados e a inclusão de profissionais da RAPS como participantes ativos das políticas específicas presentes no SUS

O Serviço Social é a área que protagoniza a execução do Censo Psicossocial, pois a mesma é reconhecida como uma profissão generalista, está inserida em todas as áreas da política social, cuja intervenção profissional é realizada com base em um projeto que visa uma nova organização societária. As dimensões do trabalho de assistentes sociais são: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa. Desse conjunto, ressaltamos o caráter pedagógico emancipador da profissão. A cultura percorre essas dimensões, auxiliando na sistematização do trabalho, na intervenção da realidade, no alcance das atribuições e competências profissionais.

A característica pedagógica emancipatória é fundamental para interlocução entre assistente social e usuários, visando uma relação dialógica e horizontal. Ademais, é um instrumento fundamental para uma intervenção ativa e que envolve o usuário, podendo alcançar a sua consciência social e de classe, que, muitas vezes, é alienada. Isso favorece o acesso aos direitos sociais, que é inviabilizada pela fragmentação e

seletividade das políticas públicas. Dessa forma dialoga com os princípios da Educação Popular e a Reforma Psiquiátrica brasileira.

No fazer profissional de assistentes sociais é indispensável a articulação voltada à direção social posta pela Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS, onde a vertente pedagógica do Serviço Social é exercitada com o compromisso de alavancar novos diálogos pertinentes à construção conjunta de uma sociedade mais justa e igualitária, por meio de processos formativos que estão para além da graduação e das esferas ortodoxas pedagógicas/educacionais. Assim, observar o significado dessa perspectiva evidencia o considerável debate acerca do constitutivo formativo do Serviço Social, relativo à esfera da Saúde Mental e como a inclinação em produzir respostas às demandas contemporâneas.

Em consonância com os projetos societários, o Serviço Social agrega como profissional engajado nas perspectivas pedagógicas emancipadoras. A atuação do profissional de Serviço Social nas oficinas do Censo Psicossocial também consiste em um posicionamento político, crítico e pedagógico, fazendo a recusa da suposta neutralidade e velamento da realidade. A fim de construir reflexões sobre as demandas de atenção ao cuidado da Rede de Atendimento Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro com os profissionais que executam os serviços técnicos e de gestão, apresentam e geram discussões a partir da ferramenta analítica da interseccionalidade na prática profissional.

Dessa forma, a implementação e a luta em prol da RAPS, contribui a desmistificação construída ao redor da população usuária dos serviços de saúde mental e a forma como esses novos elementos no campo do sofrimento psicossocial fomenta a dimensão investigativa do Serviço Social organizada no cotidiano profissional.

## **5 Considerações finais**

Face ao exposto, a importância do caráter pedagógico do Serviço Social na elaboração e operacionalização de políticas públicas, em consonância à defesa intransigente dos Direitos Humanos, previsto como segundo princípio fundamental no Código de Ética Profissional do Assistente Social (BARROCO; TERRA, 2012). A sistematização dessa prática para o/a assistente social, contribui à análise institucional de forma crítica e técnico-operativa à compreensão dos entraves postos no cotidiano profissional no âmbito da Política de Saúde Mental. Corrobora na estruturação de

políticas específicas ao seu local de atuação e observa-se que exclusivamente, a formação teórica não possui a força necessária para responder às demandas, possivelmente, dispostas no campo de atuação e parte desse processo formativo é adquirido através da escuta das profissionais que compõem as equipes técnicas dos diversos equipamentos da RAPS e em suas relações submetidas no local de trabalho.

Outrossim, a função pedagógica do Serviço Social e sua aplicação a partir de uma fundamentação teórica crítica contribui para a qualificação desses/as profissionais no intuito de superar os entraves encontrados por estes durante o cotidiano da atuação. O Censo Psicossocial dos usuários dos serviços de saúde mental do Estado do Rio de Janeiro viabiliza a formação continuada dos profissionais da RAPS abrangendo os impactos da interseccionalidade na política de saúde e a elaboração do perfil dos usuários desses serviços para elaboração de políticas públicas efetivas especializadas nas demandas territoriais. Portanto, segue em consonância com a luta da Educação Popular, antimanicomial, antirracista, antipatriarcal e decolonial.

## Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.080/90 de 19 de setembro de 1990**. Lei Orgânica da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm). Acesso em: 01 de mai de 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio a Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2013/maio/3-b-politica-final\\_21-05-2013.pdf](https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-do-sus/articulacao-interfederativa/cit/pautas-de-reunioes-e-resumos/2013/maio/3-b-politica-final_21-05-2013.pdf) . Acesso em: 02 de mai de 2024

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 2.761 de 19 de novembro de 2013**. Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html). Acesso em: 05 de mai de 2024.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Brasília, 2012.

DIAS, João; AMARANTES, Paulo. Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado. **Saúde Debate** | Rio de Janeiro, V. 46, N. 132, P. 188-199, Jan-Mar 2022.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. SP: Martins Claret, 2003  
FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**/Paulo Freire. 14. ed. rev. atual. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**/Paulo Freire. 14. ed. rev. atual. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural da amefricanidade**. In: Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Carolina Maria de, 1914-1977. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**/ Carolina Maria de Jesus; ilustração Vinicius Rossignol Felipe. - 10. ed. - São Paulo: Ática, 201.

PASSOS, Rachel Gouveia. Luta Antimanicomial no cenário contemporâneo: desafios atuais frente a reação conservadora. **Revista Sociedade em Debate**, 23 (2), p.55-75, 2017.

PASSOS, Rachel Gouveia. **Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão** / Rachel Gouveia Passos. - 1º ed. - São Paulo: Hucitec, 2023. - 143 p.; 21 cm. - (Coleção Diálogos da Diáspora, 22).

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda: educação e descolonização**. 1º ed. — Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

SANTOS, Rozana; FRANÇA, Amanda. A Educação Popular em Saúde e a formação profissional: um instrumento na modificação de processos de trabalho. XVI ENPESS. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Espírito Santo: UFES. 2018.

TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceito. **História, Ciências, Saúde** — Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(1):25-59, jan.-abr. 2002.